



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 23 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 31 de janeiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

Opinião 1
VEICULAÇÃO LOCAL

JORNAL DO COMMERCIO

SINDICATOS - Suframa reúne trabalhadores do distrito 2
VEICULAÇÃO LOCAL

A CRITICA

Opinião / Sim&Não 3
VEICULAÇÃO LOCAL

AMAZONAS EM TEMPO

Política 4
VEICULAÇÃO LOCAL

DIÁRIO DO AMAZONAS

Opinião / Editorial 5
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Governo da China perde batalha na OMC 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Ministro das Cidades será o 9º a cair no governo Dilma 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

MEC vai comprar 900 mil tablets para levar às escolas 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Produção industrial domina atenções nesta terça-feira 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Incentivos de ICMS e o equilíbrio federativo 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Indústria muda plano de vendas à Argentina 16
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Até na indústria, a desigualdade impera no desempenho dos setores 18
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Dilma já procura substituto para ministro das Cidades 20
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Em fevereiro, a Lei dos Sacoleiros 22
VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA ESTADO

Produção industrial brasileira encerra 2011 com alta de 0,3% 23
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Empresas do Polo Industrial de Manaus recebem mais de 3 mil autos de infração 24
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ONLINE

Produção industrial sobe 0,9% em dezembro, aponta IBGE 25
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

STF e Congresso trazem risco de R\$ 320 bi à União 26
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Exportadores se adaptam à Argentina 28
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Infraero não vai interferir na gestão de aeroportos privados 30
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Fábrica do Polo Industrial de Manaus vai ser notificada por Secretaria de Planejamento 31
VEICULAÇÃO NACIONAL

R7

Dilma decide trocar ministro das Cidades 32
VEICULAÇÃO NACIONAL

BAGUETE / NOTÍCIAS

Digibras perde incentivos fiscais 33
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO		EDITORIA
	TÍTULO Opinião		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Suframa intensifica a interação com o país - O **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira, reuniu-se ontem com representantes da Força Sindical, da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos. Quer traçar os rumos do modelo **ZFM** visando a prorrogação anunciada pelos próximos 50 anos. Destaque para a presença de Carlos Lacerda, da CNTM e Força Sindical, e o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos (SP), José Pereira Nogueira.

Empregos - Secretário de Relações Parlamentares da CNTM, Carlos Lacerda, disse que o ponto mais **importante** discutido na reunião de ontem com a **Suframa** foi a qualificação profissional e a defesa dos empregos. “Temos de

divulgar o nosso **PIM**, sempre com a preocupação com nossos empregos”, concluiu.

Economia

Ritmo de demissões cresce no **PIM** - Volume de dispensas foi 39,9% maior no ano passado e cerca de 450 colaboradores foram dispensados da Semp Toshiba nos últimos dois meses. Só na última sexta-feira, cerca de 300 industriários da Semp Toshiba elevando o já alto número de 15,881 demissões em 2011.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO	EDITORIA	
	TÍTULO SINDICATOS - <u>Suframa</u> reúne trabalhadores do distrito		
	ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL

O superintende da Suframa (Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira, reuniu-se ontem, com representantes da Força Sindical, CUT...

Redação JC

O superintende da Suframa (Zona Franca de Manaus), Thomaz Nogueira, reuniu-se ontem, com representantes da Força Sindical, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Sindicato dos Metalúrgicos, na sede da autarquia, para intensificar processo de interação com interlocutores de outras partes do país, ocasião em que demonstraram preocupações em comum com a capacitação da mão de obra e o com o futuro da Zona Franca de Manaus. Na avaliação de Thomaz Nogueira, o encontro foi extremamente positivo.

Tivemos um diálogo franco. Preocupações em comum muito grandes, seja com a capacidade de comunicar para o resto do país o que nós fazemos por aqui, preocupação com a capacitação da mão de obra e com o futuro da Zona Franca. Nós temos um compromisso de conversar com a sociedade. Nós já fizemos isso e vamos ampliar ainda mais. Já saiu daqui um encaminhamento de um trabalho conjunto para que a gente desenhe os próximos 50 anos, afirmou o Superintendente da Suframa.

Para o secretário de Relações Parlamentares da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) e Relações Institucionais da Força Sindical, Carlos Lacerda, o movimento mostrou amadurecimento com a presença do presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana, do Vicente Filizola, também da Força Sindical e do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, José Pereira.

Segundo ele, o ponto mais importante discutido foi a qualificação profissional e a defesa dos empregos em todo o território nacional. Tivemos aqui a presença do companheiro Pereira, que é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, o terceiro sindicato do Brasil e terceiro da América Latina. Acho que é isso. O trabalho é esse, de divulgar o nosso PIM, sempre com a preocupação com nossos empregos, concluiu.

A reunião contou ainda com a presença dos Superintendentes adjuntos da Suframa, Oldemar Ianck e Eliilde Menezes.

Redação JC

	VEÍCULO A CRITICA		EDITORIA
	TÍTULO Opinião/Sim&Não		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Aziz e Braga vão discutir cenário 2012 – Fonte ligada ao governador Omar Aziz e ao senador Eduardo Braga (PMDB) revelaram à coluna que os dois têm uma reunião agendada para o próximo sábado, na casa de Aziz. Um dos temas do encontro, segundo a fonte, será a sucessão municipal 2012, em Manaus. Pelo que se ouve, o senador não fala em participar do pleito como candidato e deve sugerir um nome do PMDB que tenha anuência do governador. A ideia é a formação de uma chapa PMDB-PSB.

Política

Desafios da bancada do AM – Neste ano, a bancada federal do Amazonas precisará está focada e unida para aprovar e rejeitar projetos de lei e emendas constitucionais que atingem o Amazonas. No Senado, os políticos amazonenses deverão fazer “corpo mole” para que a PEC da Música, tenha tramitação lenta ou sequer analisada pelas comissões. Na Câmara dos Deputados, os parlamentares do Estado têm pela frente duas propostas importantes: a PEC que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos e o Projeto de Lei que amplia os benefícios da ZFM para a Região Metropolitana.

Frota e Artur Neto criticam atuação – O vereador Mário Frota (PSDB) comentou em seu blog artigo do ex-senador e diplomata Artur Virgílio Neto onde alerta para o povo do Amazonas sobre a morte da Zona Franca de Manaus e a suposta negligência da bancada de deputados federais e senadores do Estado que estariam de mão atadas, dormindo para os problemas trazidos pelos projetos relacionados à ZFM.

Economia

Ásia ‘força’ demissão na ZFM – Sem preço para competir com os produtos importados da Ásia, fabricantes de ciclomotores começaram a dispensar funcionários. Neste mês, a Kasinski demitiu 153 trabalhadores porque reduziu a produção das “cinquentinhas”. Segundo o presidente da Kasinski e vice-presidente da Abraciclo, Cláudio Rosa,

“Kasinski, Dafra e Traxx são as três principais fabricantes do ciclomotor, segmento que representa 30% em média das motos fabricadas nas empresas e temos diminuído a produção de Manaus porque não conseguimos competir”. Para frear a entrada dos ciclomotores importados, a Abraciclo pediu a intervenção do Governo Federal, mas até agora nem o MDIC nem o Ministério da Fazenda se posicionaram. “Não adianta prorrogar as Zona Franca por aís 50 anos se o governo não ajudar a garantir a nossa competitividade”, disse o presidente da Aficam, Cristóvão Nonato.

Primeira reunião do CAS terá selo comemorativo – A primeira reunião deste ano do Conselho de Administração da SUFRAMA acontecerá no dia 28 de fevereiro, quando será lançado um selo comemorativo pela passagem dos 45 anos do modelo Zona Franca de Manaus.

Semp volta a demitir funcionários – A Semp Toshiba voltou a demitir ontem. Desta vez foram entre 150 e 200 trabalhadores de acordo com informações do Sindicato dos Metalúrgicos.

Reunião – O Superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, reuniu-se com representantes da Força Sindical, da CUT e Sindicato dos Metalúrgicos, para intensificar processo de interação com interlocutores de outras partes do País. “Tivemos um diálogo franco. Preocupações em comum muito grandes, seja com a capacidade de comunicar para o resto do País o que nós fazemos por aqui, preocupação com a capacitação da mão de obra e com o futuro da Zona Franca”, disse Nogueira.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Política		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Thomaz nomeia adjuntos da Suframa até segunda - O Superintendente da Suframa informou, durante reunião com o prefeito de Manaus, na última sexta-feira, que deve nomear ao menos os quatro Superintendentes do primeiro escalão da autarquia até segunda (14). “Serão menos de dez mudanças, todas elas bem orquestradas e planejadas”, garantiu.

De acordo com interlocutores, devem ser substituídos os **Superintendentes** adjuntos de Planejamento (Elilde Menezes), de Projetos (Oldemar Ianck), de Operações (Mauro Ferreira) e de Administração (sem titular). O secretário de assuntos institucionais da Presidência, José Nagib, está cotado para assumir o lugar de Ianck, que deve assumir um cargo de assessoria a Thomaz. O **Superintendente** não confirma as mudanças e diz que para que os novos adjuntos sejam nomeados é necessária uma conversa com o **Mdic**.

Economia

Mais de R\$ 10 milhões em fraudes entre o AM e RR - A Sefaz do **Amazonas** e a de Roraima anunciaram, ontem, parceria para combater a sonegação de impostos que pode ter movimentado mais de R\$ 10 milhões entre os Estados. A Sefaz-RR suspeitou da grande quantidade de notas fiscais eletrônicas que haviam sido emitidas e aguardavam liberação, mas **mercadorias** não tinham registro de passagem pelos postos fiscais do Estado, cuja porta de entrada é o **Amazonas**. Uma única empresa acumula R\$ 4 milhões em **mercadorias** não desembaraçadas. Pelo menos R\$ 1,2 milhão se referem a bebidas alcoólicas.

Graças a denúncias de RR, fiscais da Sefaz-AM apreenderam, no Porto Chibatão, na semana passada, dois contêineres com seis mil caixas de conhaque (avaliadas em R\$ 160 mil) oriundas do RJ. A carga pertencia a três empresas diferentes, todas do mesmo dono, cujo nome foi mantido em sigilo devido às investigações.

Além da apreensão no Chibatão, um caminhão foi apreendido, no Porto de **Manaus**, com 130 grades e mais de 1,4 mil latas de cerveja sem nota fiscal.

Sefaz-AM e Sefaz –RR vão agora fazer uma lacração de caras que permitirá o controle físico de trânsito de

mercadorias com destino a Roraima, de modo a evitar a descarga irregular no **Amazonas**.

Semp Toshiba dispensa mais 150 trabalhadores - Mais 150 funcionários da Semp Toshiba foram cortados no fim da tarde de ontem pela empresa. O total de demitidos já chega a 650. Na última sexta-feira, 300 foram demitidos e outros 200 em dezembro. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de **Manaus**, Valdemir Santana, os demitidos são mantidos em “cárcere privado” das 17h às 20h, para fazer o exame demissional e perdem o direito a rota. Ele disse ainda que entrou em contato com os dirigentes da **SUFRAMA** e Seplan, mas ninguém soube explicar os motivos das demissões. O sindicato acionou o **Ministério** Público do Trabalho que deve entrar com uma ação contra a Semp Toshiba. A empresa prometeu divulgar hoje uma nota sobre as demissões.

Corte na Philips mundial preocupa polo de **Manaus** - A holandesa Philips anunciou que vai cortar 4,5 mil empregos em todo o mundo para reduzir gastos e há preocupação que a medida repercuta em **Manaus**. Em novembro, segundo o sindicato dos metalúrgicos, 150 trabalhadores foram demitidos da unidade amazonense quando a Philips fechou acordo para uma joint venture na divisão de televisores com a companhia de Hong Kong TPV Technology. O presidente do sindicato, Valdemir Santana, ressaltou, porém, que pode haver incorporação dos 1,2 mil funcionários pela empresa de Hong Kong. O ex-gerente da Philips em **Manaus** e atual responsável pela TPV Technology, Almir Kimura, disse não saber quantos funcionários serão afetados pela medida da Philips mundial.

A gigante holandesa de equipamentos eletrônicos teve prejuízo líquido de 162 milhões de euros no quarto trimestre de 2011, ante lucro de 463 milhões no mesmo período de 2010.

A demissão de 4,5 mil funcionários deve resultar em economia de 800 milhões de euros para a Philips até 2014.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Opinião / Editorial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

(Na íntegra) Vigilância necessária – A descoberta de mais uma fraude fiscal no regime tributário da ZFM, desta vez pelas secretarias de Fazenda do Amazonas e Roraima, deve ser vista como mérito do Estado e não como um problema inerente ao modelo de desenvolvimento e que o enfraquece.

Com o constante aperfeiçoamento do sistema de fiscalização do próprio fisco brasileiro, através, principalmente, da integração das secretarias de fazenda e da adoção das notas fiscais eletrônicas, sonegar impostos tem sido cada vez menos infrutífera.

O novo flagrante, que envolve a sonegação de pelo menos R\$10 milhões no **comércio** de bebidas, mostra, por outro lado, que o trabalho de combate às fraudes fiscais deve ser contínuo e o mais amplo possível. Quanto mais for fiscalizado, melhor visto será o modelo econômico pela sociedade.

Ao longo dos quase 45 anos, a história da **ZFM** é contada a partir de resultados socioeconômicos altamente positivos, mas também por escândalos envolvendo incentivos fiscais. Entre os principais, a ‘Máfia do Açúcar’, o do ‘Colarinho Branco’ e esquemas relacionados à **importação** de produtos acabados no lugar de insumos para o Polo Industrial de **Manaus**. Neste último caso, o maior deles foi o descoberto pela Receita e pela Polícia Federal, através da operação Rio Negro, que desvendou fraude de cerca de R\$150 milhões no início dos anos 2000, a maior até então da história brasileira.

Logo após cada grande escândalo, os chamados ‘inimigos da **Zona Franca**’ (líderes políticos e empresariais do Centro-Sul do País) se alvoroçam em dizer que as fraudes são exemplos de que o modelo e resume a uma espécie de sumidouro de recursos públicos. As investidas nunca lograram êxito porque incentivo fiscal em troca de **desenvolvimento regional** é uma espécie de mal necessário e está amparado pela Constituição de 1988. Além do mais são as regiões mais ricas as que mais utilizam esse tipo de chamariz para atrair empresas.

É por esta razão que o modelo **ZFM** tem que ser fiscalizado à exaustão e porque as fraudes só beneficiam os infratores. Elas significam menos recolhimento de impostos, consequentemente menos investimento público.

Economia

Sefaz de Roraima denuncia **comércio** ilegal de conhaque em **Manaus** – Parte de um esquema de sonegação fiscal pode ter causado prejuízo de pelo menos R\$10 milhões ao Estado de Roraima foi desmontado ontem pela Sefaz-AM. Na operação, uma carga de aproximadamente 20 toneladas do conhaque “São João da Barra” que tinha como destino final o Estado vizinho, foi descarregada ilegalmente em distribuidoras locais, com o intuito de não pagar o imposto devido.

Semp Toshiba demite 670 e **SUFRAMA** cobra explicações da fábrica – O **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira, prometeu entrar em contato com os representantes da empresa de eletroeletrônicos Semp Toshiba, hoje, para obter explicações sobre as demissões da fabricante, que nos últimos dois meses demitiu 670 trabalhadores, segundo estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas**.

A **SUFRAMA** informou através de sua assessoria de comunicação que a Semp Toshiba não notificou a **Superintendência** sobre as dispensas, mas que as empresas não são obrigadas a notificar previamente as demissões.

Ainda de acordo com a autarquia, que regula incentivos federais concedidos às empresas do **PIM**, as renúncias fiscais são condicionadas à **produção** industrial e não aos empregos gerados.

A **SUFRAMA** não soube informar o montante da renúncia fiscal da empresa em 2011.

Indústria brasileira atinge maior nível de desigualdade entre os diferentes segmentos – Após um ano pífio, em que cresceu menos de 1%, o setor está produzindo 3,2% a menos que em setembro de 2008. Mas nem toda a indústria está tão mal. Setores como a

fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicações encolheram 36% nestes 38 meses e outros registraram queda na casa dos 20% (têxtil e calçados e artigos de couro). Mas outros segmentos crescem

fortemente, como bebidas (21,5%) e equipamentos médico-hospitalares (11,73%).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo da China perde batalha na OMC		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Organismo condenou as políticas de Pequim de limitar as exportações de matérias-primas

Jamil Chade

Países ricos venceram uma disputa contra a China para garantir o livre acesso de matérias-primas. A indústria europeia já alerta o Brasil a não seguir a mesma linha e criar novos impostos de exportação de minérios e outras commodities se não quiser enfrentar o mesmo destino.

Ontem, a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenou as políticas de Pequim de limitar as exportações de seus recursos naturais, em um processo que estabelece um precedente para todos os países exportadores de commodities.

A China impunha barreiras de exportação a nove minérios. A estratégia tentava garantir que empresas instaladas no país tivessem acesso a esses produtos a um preço mais baixo, elevando a competitividade de seus produtos finais. A disputa envolvia zinco, bauxita, magnésio e outros minerais fundamentais para a produção química e de automóveis.

Ao restringir as exportações desses minerais, a China promoveu uma alta nos preços internacionais, prejudicando indústrias em todo o mundo. Já as empresas locais tinham acesso a custo bem mais baixo.

Pequim alegou que as medidas de restrição tinham como objetivo impedir a exploração descontrolada das reservas. Mas os Estados Unidos, a Europa e o México entraram com um processo na OMC, se queixando de que a taxa de exportação chinesa dava uma competitividade injusta às empresas locais. Numa primeira avaliação, há seis meses, os juízes decretaram que a prática chinesa era ilegal. Mas a China apelou e esperava reverter a condenação, o que não se confirmou.

Brasil. Para o lobby industrial europeu, porém, a vitória serve de alerta para o Brasil e outros emergentes de que terão de manter seus mercados abertos. Um projeto de lei no Brasil debateu no ano passado a imposição de uma taxa de 10% para a exportação de minério de ferro, o que levou a indústria europeia a avaliar uma queixa na OMC.

Em abril de 2011, o Estado revelou o projeto do governo que tentava criar um imposto sobre a exportação de minério de ferro, para tentar aumentar o investimento na siderurgia nacional.

O Brasil, em sua participação no caso como terceira parte, usou a alegação do interesse nacional como um argumento que legitimaria a restrição, mesmo argumento chinês. "Nada nos acordos da OMC aparenta impor o uso compartilhado dos recursos naturais do mundo como uma obrigação", afirmou o Brasil, nos documentos entregues aos juízes. "Portanto, o direito de um país considerar suas próprias necessidades de desenvolvimento no uso de seus recursos está endossado pela OMC", concluiu o Itamaraty.

Alerta. Ontem, tanto Washington como Bruxelas deixaram claro que querem usar a vitória como forma de alertar os países a não embarcarem em projetos similares." O resultado é um grande sucesso para nosso esforço de garantir acesso justo a matérias-primas", disse o comissário de Comércio da União Europeia (UE), Karel DeGucht. Para ele, a vitória de ontem vale pelo menos € 1 bilhão ao ano. Mas alerta que a decisão tem um impacto bem mais amplo.

A vitória de ontem pode abrir uma nova ofensiva de Bruxelas e Washington contra as barreiras que a China coloca na exportação de terras raras e que é fundamental para a produção de carros híbridos, celulares e aviões.

A UE, ontem, foi a primeira a alertar para essa possibilidade de uma nova guerra. "A UE continua preocupada com o uso de restrições a exportação na China para terras raras e outras matérias-primas para a indústria", declarou o bloco europeu, em um comunicado. Os chineses, que fornecem 95% de terras raras no mundo, impuseram uma sobretaxa de 40% para quem quiser fornecer o material para empresas de fora.

Intensificação Nos últimos anos, a batalha entre os governos por recursos naturais ganhou uma nova dimensão com a rápida industrialização da China, Índia, Brasil e de outros países emergentes.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Ministro das Cidades será o 9º a cair no governo Dilma		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Saída de Negromonte, suspeito de irregularidade e visto como mau gestor, é acertada com o PP

A presidente Dilma Rousseff acertou a saída do ministro Mario Negromonte (Cidades) com a direção do PP e com o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), seu avalizador. Negromonte é suspeito de ter autorizado uma fraude para encarecer um projeto para a Copa do Mundo em Cuiabá, como o Estado revelou em novembro passado. Além disso, segundo auxiliares, Dilma o considerava um mau gestor - no comando do maior orçamento do PAC em 2011, Negromonte pagou apenas 8% das autorizações de gastos do ano. Será o nono ministro a deixar o governo Dilma. Desses, seis foram após denúncias de irregularidades. Ele poderá sair ainda nesta semana, logo depois da volta de Dilma ao Brasil, na quarta-feira. Para substituí-lo, vários nomes do PP estão sendo analisados, mas Dilma prefere Márcio Fortes, que já foi ministro das Cidades e hoje ocupa o cargo de Autoridade Pública Olímpica.

Dilma avisa titular das Cidades que ele deixará a pasta

Saída do ministro Negromonte, do PP, foi acertada ontem, após encontro da presidente com o governador da Bahia; substituto ainda não está definido

BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff acertou a saída do ministro Mário Negromonte (Cidades) com a direção do PP e com o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). De acordo com informações de bastidores do governo, Negromonte poderá sair ainda nesta semana, logo depois da volta da presidente ao Brasil, na quarta-feira. Dilma viajou para Cuba ontem; amanhã segue para o Haiti e retorna ao Brasil.

Como na quinta-feira a presidente terá de enviar uma mensagem com os planos de trabalho do governo ao Congresso, é possível que o acerto para a saída de Negromonte ocorra na sexta-feira. A presidente pretende reunir-se com o ministro, uma forma de demonstrar um último sinal de prestígio, repetindo um gesto que usa desde a saída de Antonio Palocci (Casa Civil), em junho.

Será o nono ministro a deixar o governo Dilma. Desses, seis foram após denúncias de irregularidades: Antonio Palocci, Alfredo Nascimento, Wagner Rossi, Pedro Novais, Carlos Luppi e Orlando Silva.

Entre os nomes analisados pelo governo para suceder a Negromonte no Ministério das Cidades estão o do líder do PP na Câmara, Agnaldo Ribeiro (PB), e dos deputados Márcio Reinaldo (MG), Beto Mansur (SP) e dos senadores Benedito de Lira (AL) e Ciro Nogueira (PI). A presidente Dilma Rousseff, no entanto, prefere Márcio Fortes, que já foi ministro das Cidades e hoje ocupa o cargo de Autoridade Pública Olímpica (APO).

O acordo entre Dilma, o PP e o governador Jaques Wagner para a saída de Negromonte foi acertada ontem pela manhã, durante assinatura da ordem de serviço para o início das obras de revitalização urbanística da bacia do rio Camaçari, região metropolitana de Salvador. Depois, Jaques Wagner entrou no avião presidencial e seguiu com Dilma para a viagem a Cuba e Haiti. Ele foi o único governador a acompanhar a presidente.

Negromonte assumiu o Ministério das Cidades em janeiro de 2011, por imposição de seu partido, o PP, e com o aval do governador Jaques Wagner. Mas logo ele perdeu o apoio no próprio PP. Agarrou-se então em Wagner, que embora do PT sempre esteve ao lado dele. Os auxiliares próximos à presidente diziam que a chefe o considerava um mau gestor e que não via como mantê-lo na equipe ministerial. Nos últimos dias, apenas Jaques Wagner ficou ao lado do ministro.

Nos últimos dias, Dilma começou uma faxina nos escalões inferiores do Ministério das Cidades. Afastou primeiro o chefe de gabinete do ministro, Cássio Peixoto, por envolvimento com um lobista. Ontem, demitiu João Ubaldo Coelho Dantas do cargo de chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério, pelo mesmo motivo. Todos os auxiliares foram levados da Bahia a Brasília por Negromonte.

No final de semana, o governador Jaques Wagner confidenciou a um interlocutor que não havia "perdido a esperança de salvar Negromonte".

Ao mesmo tempo, porém, destacou que o destino do ministro das Cidades não dependia dele e que não achava correto ficar insistindo com a presidente Dilma para que o mantivesse à frente do **Ministério**. "Conheço o estilo da presidente e sei que pressão e insistência não adiantam. Se ela decidiu tirá-lo do **Ministério**, não há quem a faça mudar de ideia", disse Wagner ao interlocutor. O desempenho do **Ministério** das Cidades na gestão Negromonte foi muito ruim. No comando do maior orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2011, Negromonte pagou apenas

8% das autorizações de gastos do ano. O Programa Minha Casa Minha Vida, um dos mais populares do governo Dilma Rousseff gastou menos de 5% dos R\$ 12,6 bilhões autorizados por lei em 2011.

Desempenho pior foi registrado no programa de mobilidade urbana. A maior parte dos pagamentos registrados foram para obras contratadas ainda na gestão Márcio Fortes. / CHRISTIANE SAMARCO, JOÃO DOMINGOS, MARTA SALOMON e TÂNIA MONTEIRO

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO MEC vai comprar 900 mil tablets para levar às escolas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MEC vai comprar até 900 mil tablets para dar a alunos

Primeira etapa de pregão eletrônico foi concluída na semana passada, e custo mínimo é de R\$ 330 milhões

Alguns educadores consideram que compra só deveria ser feita após elaboração de conteúdo pedagógico específico

BRENO COSTA

RENATO MACHADO

DE BRASÍLIA

Sem alarde, o Ministério da Educação concluiu na semana passada o primeiro estágio de um pregão eletrônico para a compra de até 900 mil computadores do tipo tablet. O objetivo é distribuir os equipamentos para alunos do ensino médio e fundamental.

A compra dos tablets será feita por meio do "Um Computador Por Aluno", programa que prevê que os governos possam adquirir equipamentos a um custo mais baixo para a rede pública.

O MEC afirma que o objetivo não é comprar os tablets para todos os alunos (estimados em 53 milhões), mas sim "criar

pequenos núcleos de aplicação e desenvolvimento da tecnologia, que depois vão disseminar o conhecimento".

A compra é polêmica. Alguns educadores consideram que ela só deveria ocorrer após elaboração de conteúdo pedagógico específico.

O edital foi lançado no dia 28. A sessão de lances do pregão eletrônico começou na segunda da semana passada e foi concluída na terça.

Dezenove empresas apresentaram propostas, mas só duas delas estão tendo suas documentações analisadas: a Digibras e a Positivo, pois deram os lances mais baixos.

Se o MEC ficar com as propostas mais baratas para os quatro lotes, o investimento total será de R\$ 330 milhões.

O edital previa a aquisição de dois modelos de configurações dos tablets. Ambos devem ter o sistema operacional Android, mais aberto para diversos tipos de aparelho. O sistema da Apple, por exemplo, só pode ser usado no iPad -que, na prática, fica excluído do pregão.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Produção industrial domina atenções nesta terça-feira		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SÃO PAULO - O destaque na agenda da terça-feira fica por conta dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção industrial no mês de dezembro e em todo o ano de 2010. Está previsto um avanço ao redor de 1,5% na variação mensal.

Ainda na agenda doméstica, os investidores conhecem a nota de política fiscal, com os dados sobre o superávit primário e a relação dívida/PIB. E a Fundação Getulio Vargas (FGV) apresenta a Sondagem da Indústria de Transformação.

Nos Estados Unidos, atenção ao índice de confiança do consumidor agora em janeiro, ao índice de atividade na região de Chicago e ao índice Case-Shiller de preço de imóveis.

Na zona do euro são esperadas a taxa de desemprego em dezembro e as vendas no varejo na Alemanha.

Na agenda corporativa, Bradesco e Santander apresentam os balanços do quarto trimestre do ano passado.

Ainda na semana, os dados oficiais sobre a criação de empregos nos EUA no mês de janeiro.

Mercados

A semana começou com tom negativo nos mercados locais e externos na segunda-feira, conforme a preocupação com um calote ordenado ou desordenado da Grécia também chegou a Portugal.

Os agentes temem que o país também tenha de reestruturar sua dívida em função da baixa perspectiva de crescimento e elevada necessidade de financiamento. Tal percepção dos agentes é captada pelos títulos da dívida, que marcam taxas de juros recorde e pelo mercado de Credit Default Swap (CDS, espécie de seguro contra calote) que testa máximas históricas.

A Grécia ainda não fechou acordo com seus credores privado sobre a redução do valor de face da dívida e sobre o cupom dos novos títulos que serão emitidos. As negociações se arrastam há semanas, mas o discurso das autoridades segue de que um acordo final está próximo.

O dia também teve a primeira cúpula dos líderes da União Europeia. Em pauta o projeto de maior união fiscal, que segue em discussão.

Nos mercados, as bolsas começaram a sessão em forte baixa, mas tal movimento perdeu força no fim do pregão. Em Wall Street, o Dow Jones reduziu as perdas para 0,05%, e fechou aos 12.654 pontos. O S&P 500 cedeu 0,25%, a 1.313 pontos, e o Nasdaq se desvalorizou 0,16%, a 2.812 pontos.

No mercado de energia, o barril de petróleo do tipo WTI encerrou com queda de 0,8%, a US\$ 98,78.

Bovespa

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu os pares externos e depois cair mais de 1,4% encerrou a jornada com leve baixa. O Ibovespa cedeu 0,21%, para 62.770 pontos. O giro financeiro ficou em R\$ 6,12 bilhões.

"Tivemos um período com fluxo de notícias positivas, o que agradou principalmente o estrangeiro. Mas os problemas que existiam não desapareceram. Houve apenas sinais de melhora nos EUA e leilões de títulos na Europa com forte demanda e taxas menores, após um período crítico de incerteza", comentou o analista de investimento da SLW Corretora, Pedro Roberto Galdi.

O analista assinala que o mercado brasileiro teve uma realização natural dos lucros nesta jornada e é cético ao falar sobre uma retomada antecipada da Bovespa neste ano. "A recuperação do Ibovespa não é consistente neste mês. Ainda podemos ter incertezas com a Europa, a Grécia pode sair dos trilhos, então esperamos uma recuperação apenas no segundo semestre", diz Galdi, ressaltando que a ideia de um calote desordenado da Grécia não pode ser descartada.

A SLW trabalha com um cenário de Ibovespa na casa dos 75 mil pontos em dezembro, o que implica valorização anual acima de 32%.

Câmbio

O dólar abriu a semana ganhando valor no mundo todo e por aqui não foi diferente. A demanda por moeda americana foi sustentada pela preocupação dos investidores com a falta de acordo entre a Grécia e seus credores,

impasse que já resulta em maior custo de financiamento e seguro contra calote de Portugal.

Por aqui, o dólar comercial terminou o dia com alta de 0,57%, a R\$ 1,749 na venda. Na máxima, a moeda foi a R\$ 1,757 (+1,03%). No mês, no entanto, o dólar ainda cai 6,42%.

Na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o dólar pronto teve alta de 0,47%, a R\$ 1,750, com giro de US\$ 226 milhões.

Também na BM&F, o dólar para fevereiro mostrava alta de 0,60%, a R\$ 1,749, antes do ajuste final. Esse contrato expira amanhã e a referência passa a ser o contrato para março, que subia 0,65%, a R\$ 1,762.

Segundo o diretor da Corretora Futura, André Ferreira, a crise do euro não voltou, porque ela nunca acabou. Esse impasse sobre a reestruturação da dívida grega aumenta a preocupação com um calote desordenado. E mesmo que o país chegue a um acordo para redução do valor de face da dívida, nada impede que Portugal e outros países busquem acordos semelhantes.

Ainda de acordo com Ferreira, por mais que o Brasil sofra com esses episódios de aversão ao risco, no fim das contas, o país tem muito a ganhar com essa crise. Há um excesso de liquidez no mundo e investidores em busca de rendimentos. "E o Brasil se mostra como um país interessante", diz.

Segundo o diretor, mesmo que apenas uma fração dos recursos que circulam pelo mundo venha a aportar por aqui, os benefícios serão notáveis, como já sinaliza este começo de ano. A Bovespa já acumula alta de mais de 10% no ano e o dólar cai mais de 6%, com o ingresso de capital externo.

No câmbio externo, o euro perdeu valor em meio à crescente incerteza envolvendo Grécia e Portugal. Há pouco, a moeda comum recuou 0,78%, a US\$ 1,312. Já o Dollar Index, que mede o desempenho da divisa americana ante uma cesta de moedas, subiu 0,31%, a 79,08 pontos.

Juros Futuros

Os contratos futuros deram continuidade ao ajuste de baixa iniciado na semana passada após a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) falar abertamente sobre a possibilidade de taxa de juro em um dígito. Após quatro dias seguidos de queda, as taxas futuras sugerem Selic de 9,5% em abril.

Segundo o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luis Otavio de Souza Leal, no curto prazo a indicação é de que o mercado vai mesmo trabalhar com mais cortes na taxa básica de juros.

As coletas de inflação dão suporte a essa postura, já que mostram preços recuando nas últimas semanas. Segundo Leal, isso pode resultar em IPCA para janeiro entre 0,50% e 0,55%, contra previsão anterior de variação ao redor de 0,60%.

Outro ponto na estratégia do Banco Central (BC) é o cenário externo. Para o economista do ABC Brasil, a lua de mel entre a zona do euro e os mercados parece estar acabando.

O risco de quebra de bancos ou falta de dinheiro para a rolagem de dívidas soberanas foi reduzido pelas ações do Banco Central Europeu (BCE) por meio de seus leilões de liquidez.

Mas agora, diz Leal, os investidores voltam a focar atenção nos problemas estruturais que não foram resolvidos. Fora isso, a falta de acordo para a reestruturação da dívida da Grécia começa a arrastar Portugal para o buraco.

De acordo com Leal, os CDS de Portugal mostram probabilidade de calote acima de 70% nos próximos cinco anos.

"Juntando inflação no Brasil com viés de baixa e situação externa pior, fica aberto o caminho para fechamento das taxas futuras", diz o economista.

Ainda de acordo com Leal, ao mesmo tempo em que o BC deu a indicação de juro de um dígito, ele tirou a segurança do ritmo de baixa ao retirar o termo "ajustes moderados" da ata. O que pode suscitar dúvidas sobre a magnitude dos próximos cortes.

Para o economista, o BC deve manter o ritmo de meio ponto se quiser testar Selic mais baixa, pois já no segundo semestre é possível que a discussão seja de quando a taxa básica volta a subir.

Tal expectativa tem como base a esperada resposta da economia doméstica aos estímulos e o impacto desse crescimento maior sobre a inflação de 2013.

"Enquanto a inflação estiver convergindo para o centro da meta o BC está confortável. Mas essa convergência pode ser prejudicada com a retomada da atividade", pondera.

Ainda de acordo com Leal, o governo deve, mesmo, entregar o superávit fiscal cheio de 3,1% do Produto Interno

Bruto (**PIB**) agora em 2012. Fica a dúvida sobre o uso de medidas para fiscais, como crédito de bancos públicos e do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**).

Antes do ajuste final de posições na BM&F, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em fevereiro de 2012 perdia 0,01 ponto percentual, a 10,31%. Março de 2012 mostrava estabilidade a 10,32%. Abril de 2012 mostrava baixa de 0,02 ponto, a 10,12%. E julho 2012 marcava 9,72%, queda de 0,08 ponto.

Entre os longos o ajuste foi mais acentuado. Janeiro de 2013 recuava 0,09 ponto, projetando 9,51%, nova mínima histórica. Janeiro 2014 perdia 0,12 ponto, a 9,96%. Janeiro 2015 devolvia 0,09 ponto, a 10,47%. Janeiro 2016 caía 0,07 ponto, a 10,76%. E janeiro 2017 se desvalorizava 0,06 ponto, a 10,86%.

(Eduardo Campos | Valor)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Incentivos de <u>ICMS</u> e o equilíbrio federativo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ligações produtivas difundem efeitos das concessões estaduais a todo o país. Por Hamilton Dias de Souza

Tem sido noticiado um grande esforço da União para aprovar proposta de redução das alíquotas interestaduais do ICMS a um patamar que, na prática, desestimula a concessão de qualquer incentivo na distribuição de produtos e serviços tributados a outros Estados. Num primeiro momento, as novas alíquotas seriam aplicáveis aos produtos importados e, num segundo momento, aos nacionais. Em contrapartida, seria criado um fundo de desenvolvimento regional destinado a ressarcir as possíveis perdas dos Estados decorrentes da redução de alíquotas do ICMS.

A proposta é questionável, por criar uma distinção inadmissível entre produtos nacionais e importados e por retirar parte da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, em troca de repasses federais geralmente insuficientes, como comprovam os embates constantes em torno do ressarcimento das perdas com a desoneração do ICMS nas exportações.

Seria mais adequado enfrentar a real causa do problema que o Governo Federal se propôs a resolver: a concessão de incentivos sem autorização unânime de todos os Estados, que se convencionou chamar de guerra fiscal.

Os estímulos configuram mecanismo eficaz para induzir investimentos em locais menos desenvolvidos

A solução passa pela reforma da Lei Complementar nº 24/1975, que impõe a unanimidade nas deliberações acerca da concessão de incentivos de ICMS. A regra tornou-se anacrônica, diante da necessidade de viabilizar programas estaduais de incentivos fiscais destinados a desenvolver, entre outros, os setores industrial, comercial e de infraestrutura. Os incentivos têm sido a única forma eficaz de reduzir as desigualdades regionais e sociais, um dos objetivos fundamentais da República e princípio da ordem econômica previstos na Constituição de 1988 (arts. 3º, III e 170, VII).

O poder de veto atribuído a cada um dos Estados e ao Distrito Federal vem impedindo a realização dos objetivos constitucionais. Os interesses individuais têm prevalecido em detrimento do interesse nacional. Não se examina se

determinado incentivo é bom ou ruim para o desenvolvimento de Estados ou regiões do país, mas apenas quem pode perder ou ganhar receita. Em decorrência, muitos entes passaram a agir de forma unilateral.

A questão deve ser bem ponderada. Por falta de uma política federal consistente e eficaz de combate às desigualdades regionais, os Estados menos favorecidos recorreram aos incentivos de ICMS para atrair investimentos necessários à melhoria de seus indicadores socioeconômicos.

Por meio dos diversos tipos de incentivos estaduais, os agentes privados foram estimulados a suportar os maiores custos decorrentes da instalação de empreendimentos em locais distantes dos grandes centros, onde geralmente não há infraestrutura nem mão de obra adequada. Essa política gerou desconcentração econômica no país, com reflexos positivos em termos de arrecadação, Produto Interno Bruto (PIB), empregos e índice de desenvolvimento humano (IDH).

Tomando como exemplo os incentivos industriais, recente estudo da Fundação Getúlio Vargas avaliou 12 plantas criadas com o auxílio de incentivos estaduais concedidos por oito Estados, responsáveis por 1,2% do PIB nacional em 2010. Constatou-se que, além dos impactos diretos gerados pela implantação e operação das fábricas, há relevantes impactos indiretos e induzidos, por meio das cadeias produtivas e de consumo. No agregado entre os projetos, o impacto sobre o PIB gerado pela implantação se multiplica por 4,4, e o impacto anual gerado pela operação se multiplica por 4. Os impactos sobre o emprego se multiplicam por 85,6 na implantação e 14,1 na operação.

Por exemplo, estudos divulgados pelo IBGE, relativos ao período de 1995 a 2007, mostram que houve redução da participação dos Estados mais industrializados do país (SP, MG, RS, PR, RJ, SC, BA e AM) na indústria de transformação nacional, de 88,7% (1995) para 87,2% (2007). Os mesmos estudos apontam que a soma dos oito maiores PIBs (SP, RJ, MG, RS, PR, BA, SC e DF) foi reduzido de 81,5% em 1995 para 78,7% em 2007 (1% do PIB em 2007 equivale a 26,6 bilhões de reais). Ou seja, os outros 19 Estados tiveram um aumento de 18,5% para 21,3% do PIB.

Por outro lado, o estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta que, devido às interconexões regionais, os efeitos dos incentivos estaduais se difundem por todo o país, elevando a arrecadação e o **PIB** nacional, bem como a demanda de bens e serviços de outros Estados, inclusive de regiões mais desenvolvidas. Em decorrência, a interrupção das atividades dos empreendimentos incentivados geraria perdas substanciais para a economia, a população e a arrecadação de Estados e do país.

Considerando os benefícios para a sociedade, dados do Programa das Nações Unidas para o **Desenvolvimento** indicam que, no período de 1991 a 2007, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram maior crescimento do IDH (24,6%, 16,7% e 14,6%, respectivamente) do que as regiões Sul e Sudeste (13% e 12,5%, respectivamente).

Portanto, a competição fiscal é legítima, desde que observadas as regras existentes. Quando bem utilizados, os incentivos configuram instrumento adequado e eficaz para induzir investimentos em localidades menos desenvolvidas.

Assim, em vez de acabar com os incentivos de **ICMS**, deve-se procurar regular adequadamente a forma como os Estados e o Distrito Federal deverão deliberar sobre a matéria. A flexibilização do quórum da Lei Complementar nº 24/1975, aliada à criação de sanções específicas para os entes da federação e agentes públicos infratores de suas disposições, tende a eliminar as ações isoladas,

proporcionando uma avaliação mais criteriosa quanto à conveniência da concessão de incentivos de **ICMS**.

Nesse novo sistema, obviamente, eventuais desonerações aprovadas em âmbito geral teriam sempre caráter autorizativo e não impositivo, facultando-se a cada ente tributante optar pela sua incorporação ou não à respectiva legislação interna, como, aliás, já vem ocorrendo na prática.

Dessa maneira, a vontade da maioria seria prestigiada sem agredir a minoria, fortalecendo o pacto federativo e viabilizando políticas estaduais destinadas a promover o equilíbrio socioeconômico objetivado pela Constituição.

Hamilton Dias de Souza é sócio do Dias de Souza Advogados Associados e jurista especializado em questões tributárias, sobre incentivos de **ICMS**.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria muda plano de vendas à Argentina		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Comércio Exterior

Barreiras protecionistas entraram em vigor amanhã e geram incerteza entre exportadores

Marta Watanabe e Arícia MArtins

As novas medidas protecionistas que o governo argentino deve aplicar a partir de quarta-feira causaram incerteza entre as empresas que exportam para o país vizinho. Sem saber o real efeito que as mudanças podem ter nas vendas para a Argentina, algumas empresas começaram a alterar procedimentos de produção e exportação para o país vizinho.

A fabricante de calçados West Coast, que tem 30% de sua exportação destinada aos argentinos, diz que após o anúncio das medidas recebeu duas encomendas do país vizinho, mas não colocou os pedidos em produção. A empresa tem 7.000 pares de calçados esperando liberação para desembarço em território argentino desde outubro. A intenção era que os calçados fossem vendidos no Natal, conta o diretor de mercado da empresa, Eduardo Smaniotto. Segundo ele, outros 30 mil pares devem ser enviados aos argentinos, mas começaram a ser produzidos antes das novas medidas, em novembro.

Ainda não sabemos os efeitos práticos das novas exigências e nem como vão funcionar, diz o diretor, que planeja viajar nos primeiros dias de fevereiro para verificar pessoalmente a aplicação das medidas. Caso elas não afetem ainda mais os embarques para o país vizinho, explica Smaniotto, as encomendas dos argentinos passarão a ter prioridade na linha de produção para que os pedidos sejam atendidos a tempo.

A principal mudança anunciada pelo governo argentino é a declaração jurada de importação. No documento, o importador deve declarar o que vai desembarcar e solicitar autorização para as operações. Há receio de que haja atrasos na liberação da importação ou no desembarço de mercadorias.

A Döhler, empresa catarinense que produz têxteis para casa, reduziu a fatia das exportações para 7% do faturamento como estratégia após a valorização do câmbio,

mas ainda destina 32% das vendas externas à Argentina. Já é difícil entender as regras em andamento, quanto mais as novas, comenta Carlos Alexandre Döhler, diretor comercial da empresa, que está tentando ser ágil para minimizar os efeitos da mais nova medida de controle argentina. Não adianta dar murro em ponta de faca. Estamos tentando descobrir como funciona esse documento. Vamos tentar nos adaptar.

O protecionismo argentino já resultou, porém, em ajustes de produção na Döhler. Um pedido de produto exclusivo que vem da Argentina agora só é processado depois que o nosso cliente consegue a guia de liberação. Depois de aceito, temos que dar preferência a essa encomenda, senão o cliente perde a licença. Além disso, diz Döhler, a área comercial da companhia agora procura exportar mais produtos da linha do mercado brasileiro, mesmo com alguma resistência dos argentinos. Estamos procurando fugir das exclusividades. Antes dessas mudanças, mercadorias da Döhler já chegaram a ficar cinco meses barradas pela Argentina.

O diretor-Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando PIMentel, acredita que as exportações mais prejudicadas serão as de produtos exclusivos, já que, caso eles fiquem retidos por um longo prazo, sua reinserção no mercado interno é muito mais difícil. O mercado argentino é parecido, mas não é igual ao daqui, diz. Ele lembra que o produto brasileiro tem perdido mercado. Há cinco anos, o Brasil representava cerca de 45% do que a Argentina importava de têxteis e confeccionados, e isso despencou para 23%.

A gaúcha Randon, que tem fábrica na cidade argentina de Rosário, possuía uma autorização de licença automática, que permitia à empresa embarcar componentes para o país vizinho sem dificuldades. O benefício, porém, expirou em 18 de janeiro, informa o diretor-executivo da divisão de implementos da Randon, Norberto Fabris. Segundo ele, a empresa espera conseguir manter os desembarques sem problemas na Argentina.

Fabris diz que há preocupação com a eventual demora para liberação da declaração de importação. Se a autorização acontecer em prazo de 10 a 15 dias, não há

problema. Mas, se demorar 60 ou 90 dias, ficaremos desabastecidos e teremos de parar a **produção** na Argentina, diz.

A Randon **exporta** do **Brasil** cerca de US\$ 20 milhões ao ano para a Argentina, entre componentes e implementos não fabricados no país vizinho. A fábrica argentina tem faturamento próximo a US\$ 40 milhões. Desse valor, US\$ 12 milhões são resultantes de vendas para o **Brasil** e outros países da América do Sul.

O diretor da Randon lembra que em 2011 a empresa investiu US\$ 5 milhões na fábrica argentina. Parte dessa aplicação deverá possibilitar a duplicação da capacidade de **produção** em Rosário. Fabris diz que a fábrica argentina já mantém 80% de nacionalização e emprega 160 pessoas. Não seria de bom senso a Argentina aplicar uma medida que prejudique os investimentos produtivos.

Ninguém sabe de que forma o governo brasileiro vai reagir. Existe uma grande preocupação, diz Ulrich Kuhn, presidente do Sintex, sindicato que reúne indústrias de tecelagem e vestuário de Blumenau (SC). A região, diz, vende cerca de US\$ 40 milhões ao país vizinhos. Com o novo controle, esse **comércio** pode se reduzir pela metade, avalia ele. Com restrições maiores, o cliente argentino já pensa duas vezes antes de fazer uma encomenda às nossas indústrias. Ele não sabe se vai receber. É uma compra de brincadeira.

Diogo Serafim, gerente institucional da Assintecal, associação que reúne fabricantes de componentes para calçadistas, diz que, paralelamente às negociações dos governos dos dois países, representantes do segmento devem embarcar nos próximos dias para a Argentina para verificar as condições de **exportação** com as mudanças. A Argentina representa 23% do total **exportado** pelo segmento.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Até na indústria, a desigualdade impera no desempenho dos setores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Produção de eletrônico cai 36%, já a de cosméticos sobe 10% e a de bebidas, 21%

Henrique Gomes Batista
henrique.batista@oglobo.com.br

A indústria brasileira nunca esteve tão desigual como nessa crise que o setor enfrenta. Após um ano pífio, em que cresceu menos de 1% e abaixo de toda a economia (o IBGE divulga hoje os resultados fechados de 2011), o setor está produzindo 3,2% menos que em setembro de 2008, antes da crise do Lehman Brothers e espécie de ápice da **produção** do segmento no Brasil. Mas o desempenho é desigual. Enquanto os setores de material eletrônico e equipamentos de comunicações encolheram impressionantes 36% nestes 38 meses - ou seja, estão produzindo um terço menos que em setembro de 2008 -, e mais três registram queda na casa dos 20% (têxtil, calçados e artigos de couro e máquinas, equipamentos e material elétrico), outros segmentos crescem fortemente. O ramo de bebidas está com a **produção** 21,50% maior, o de equipamentos médico-hospitalares, 11,73% e o de perfumaria, higiene e limpeza, 10,56%.

André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, afirma que esses números mostram que o segmento está vivendo um momento muito desigual:

- Em geral estão em melhores condições os segmentos que são mais protegidos da **importação** e que se beneficiam do aumento da renda e do consumo interno, além dos que investiram mais em inovação - conta.

Flávio Castelo Branco, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que essa heterogeneidade entre os setores industriais é uma realidade que pode se agravar:

- O setor vive uma dispersão muito grande de setores e isso pode se intensificar em 2012.

.Produto orgânico ganha valor aos olhos do consumidor

Para ele, o governo não enfrenta os verdadeiros motivos da redução da competitividade brasileira e mesmo medidas paliativas, como as presentes no programa **Brasil Maior**, em sua opinião, demoram para sair do papel.

Mas se os altos custos, a invasão de **importados** e os problemas de infraestrutura afetam todo o país, porque alguns setores industriais conseguiram se sair tão bem? A inovação pode ser uma resposta. Segundo Castelo Branco, há segmentos altamente inovadores, como a indústria de cosmético e perfumaria e fármacos.

- Em 2011 devemos ter superado o Japão e nos tornado o segundo maior **mercado** mundial de produtos de higiene e cosméticos, perdendo apenas para os Estados Unidos, que devemos superar em 2015 - afirmou João Carlos Basilio, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihepec).

Segundo Basilio, cerca de 35% do faturamento das empresas decorrem de produtos lançados um ano antes. Ele citou como exemplo o ramo de desodorantes:

- Agora, sim, há produtos diferenciados para homens e mulheres, e uma variedade incrível de xampus.

Essa é a realidade, por exemplo, da Niely, fabricante de produtos de beleza de Nova Iguaçu. A empresa há alguns anos desbancou multinacionais no **mercado** de coloração e não para de investir para aumentar sua participação.

- O investimento em pesquisa e lançamentos de produtos tem um custo alto. Porém, esse investimento tem mais importância do que em mídia e celebridade - afirma Daniel de Jesus, presidente da empresa que deve faturar R\$600 milhões neste ano e que está investindo R\$50 milhões em uma nova fábrica.

Nessa busca por diferencial, o produto nacional pode ser um **importante** chamariz:

- **Exportamos** ativos para grandes empresas no exterior, e só agora, o consumidor e o empresário brasileiro começam a dar valor para produtos nacionais e orgânicos. Alguns desses produtos podem até ser um pouco mais caros, mas trazem um valor agregado altíssimo, que faz a diferença no setor - afirma Filipe Sabará, diretor de negócios da Beraca, empresa líder no fornecimento de ingredientes naturais e orgânicos da biodiversidade brasileira.

Gabriela Onofre, diretora de Assuntos Corporativos da P&G Brasil, responsável por marcas como Pantene, confirma

que o **Brasil** cresce de importância e que a inovação é a chave para o sucesso:

- A busca por produtos novos é constante, precisamos atender ao consumidor.

.Dificuldade de **importação** protege alguns ramos

O mesmo ocorre em outro setor que vive um bom momento: o farmacêutico. A Hebron Farmacêutica, empresa de Caruaru que agora começa a produzir nos Estados Unidos, cresceu com os investimentos em inovação em fitoterápicos (medicamentos à base de plantas). "Dedicamos 5% do faturamento bruto da empresa e nossa meta em cinco anos é

chegar a 15%", informou por e-mail a empresa, que espera faturar R\$200 milhões até 2014.

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi) e ex-secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, afirma que o sucesso de alguns setores, como bebidas, decorre da impossibilidade de **importar** grandes quantidades para abastecer esse segmento:

- O consumo cresce, e as **importações** de cerveja, também, porém nunca será em escala suficiente para abastecer todo o **mercado** local.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Dilma já procura substituto para ministro das Cidades		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sem apoio do próprio partido, Negromonte põe o cargo à disposição

A presidente Dilma Rousseff já está avaliando substitutos para o ministro das Cidades, Mário Negromonte, que ontem pôs seu cargo à disposição. Surpreendida com o gesto de Negromonte, Dilma, que ontem participou com o ministro de um evento do **PAC** na Bahia, não lhe deu uma resposta. Mas a saída de Negromonte deverá ser oficializada assim que Dilma voltar de Cuba e Haiti, viagem iniciada ontem à noite. Fragilizado por denúncias de irregularidades, que já levaram a demissão de seu chefe de gabinete, Negromonte também perdeu apoio da bancada de seu partido, o PP.

Ministro na corda bamba

Alvo de denúncias, Negromonte já pediu para sair, e Dilma procura substituto

Gerson Camarotti

BRASÍLIA e SALVADOR

O ministro das Cidades, Mário Negromonte, pôs seu cargo à disposição em conversa ontem com a presidente Dilma Rousseff, que cumpriu agenda em Salvador. Segundo relatos de políticos presentes nos eventos do governo na Bahia, Dilma teria sido surpreendida pela iniciativa de Negromonte e não deu uma posição definitiva a ele sobre o seu futuro. Mas, segundo auxiliares do Palácio do Planalto, Dilma já está avaliando nomes do PP, partido do ministro, para substituí-lo e vai efetivar a saída de Negromonte quando voltar da viagem a Cuba e Haiti, iniciada ontem à noite.

A aliados, Negromonte explicou que tomou a iniciativa de abordar o assunto com a presidente para evitar mais constrangimentos, diante do noticiário de que o Palácio do Planalto trabalha a sua substituição dentro da reforma ministerial em curso. Na conversa de ontem, Negromonte disse a Dilma que não é apegado a cargos. E relatou para seus aliados que foi uma conversa "extremamente elegante".

Ontem, Dilma tentou manter o clima de normalidade no encontro entre ela e Negromonte, em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. Na cerimônia de assinatura da ordem de serviço para obras de urbanização do Rio Camaçari, custeada com recursos da segunda etapa do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e ligada à pasta das Cidades, Dilma citou o ministro.

— Quero cumprimentar os ministros de Estado que me acompanham, começando pelo ministro Negromonte, que no meu governo tem sido responsável pela política de urbanização das favelas, saneamento e contenção de encostas — disse Dilma, acompanhada de outros seis ministros.

O Palácio do Planalto já vinha montando nos últimos dias uma saída honrosa para Negromonte, principalmente para não ter problemas com o PP, um dos aliados mais fiéis do governo no Congresso. A avaliação feita há algum tempo no núcleo do governo é que a permanência de Negromonte no governo já não era possível depois que ele perdeu a sustentação política dentro da própria bancada do PP.

Dornelles: "Não discuto sucessão"

Um dos nomes cotados para substituir Negromonte é o do líder da bancada, deputado Aguinaldo Ribeiro (PB). Nos últimos meses, ele passou a ter boa interlocução com os ministros palacianos e é visto como um nome confiável.

Aguinaldo já foi avisado de que Dilma gostaria de conhecê-lo.

Aguinaldo Ribeiro responde a duas ações no Supremo Tribunal Federal (STF), por suposto desrespeito à Lei de Licitações enquanto era secretário de Agricultura da Paraíba. Para parlamentares de seu grupo político, o líder da bancada do PP assegurou, mais de uma vez, que as ações foram originadas por questões administrativas e que não causariam constrangimento para a ocupação de funções de destaque, como a de ministro de Estado.

Ontem, o presidente do PP, senador Francisco Dornelles (RJ), foi cauteloso em relação à sucessão no **Ministério** das Cidades. Disse que ainda não foi chamado por Dilma para conversar sobre o assunto.

— O Mário Negromonte tem o apoio do presidente do PP. Enquanto ele estiver no **Ministério**, eu não discuto sucessão — disse.

A conversa entre Dilma e Negromonte foi articulada pelo governador da Bahia, Jaques Wagner. Há um mês, quando estava hospedada na Base Naval de Aratu, de férias,

Dilma já sinalizara, em encontro com o governador, que desejava substituir Negromonte. Diante disso, Jaques Wagner criou condições para que o conterrâneo colocasse o cargo à disposição.

Dilma também já manifestara ao governador sua intenção de tirar José Sérgio Gabrielli da presidência da Petrobras, e demonstrou insatisfação com a gestão da ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Os três nomes são baianos.

O evento de ontem na Bahia foi visto por aliados do governador como uma forma de Dilma prestigiar politicamente Wagner, diante da substituição de nomes baianos do primeiro escalão do governo.

Nos últimos dias, o próprio Wagner declarou que não era responsável pela indicação do ministro baiano, mas, sim, o PP. Até então, a estratégia de Negromonte era resistir no cargo. Recentemente, chegou a afirmar ao GLOBO que estava "mais firme do que as pirâmides do Egito". Mas já

admitia a possibilidade de deixar o governo: "Se estou numa festa, e está todo mundo de cara feia para mim, vou embora".

Ontem, outro indicativo de que Negromonte está prestes a deixar o governo foi a exoneração de mais um auxiliar seu, o chefe da Assessoria Parlamentar do **Ministério** das Cidades, João Ubaldo Coelho Dantas. Apesar das suspeitas de uso político do **Ministério** para manter o controle da bancada, a argumentação interna é que Dantas saiu do governo para disputar uma vaga de vice-prefeito nas eleições deste ano. A demissão foi divulgada ontem, no Diário Oficial, e é assinada pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Semana passada, foi demitido o chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto. Procurado pelo GLOBO, o ministro não retornou.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Em fevereiro, a Lei dos Sacoleiros		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Microempresas poderão comprar no Paraguai com redução de imposto

Gabriela Valente

BRASÍLIA. Dois anos e cinco meses depois da publicação de um decreto assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei dos Sacoleiros deve sair de fato do papel. Foram cadastradas 344 microempresas, que poderão fazer compras em estabelecimentos no Paraguai habilitados na Receita Federal brasileira.

No dia 8 de fevereiro, um evento deve ser realizado em Foz do Iguaçu para lançar o regime. A presença da presidente Dilma Rousseff ainda não foi confirmada.

A legislação que diminui os tributos para quem compra mercadorias em Ciudad del Este, de 40% para 25%, tinha sido aprovada em 2008 pelo Congresso Nacional. Desde então, o governo adiou sucessivamente a entrada em vigor do Regime de Tributação Unificada (RTU).

A lei diz que as empresas poderão importar, anualmente, até R\$110 mil em mercadorias para revenda no Brasil. No entanto, não beneficia camelôs, mas pequenos empresários, já que somente poderão entrar no novo sistema microempresas optantes pelo Simples Nacional e habilitadas pela Receita.

- A adesão foi baixa porque não permite a compra de mercadorias por ambulantes, só favorece o pequeno empreendedor que compra eletrônicos, mas é um avanço -

alegou o presidente da Associação Brasileira dos Sacoleiros (ABS), Walter Negrão.

O anúncio da lei, há um ano, causou reações do setor de eletrônicos, que argumentou que o novo regime diminuiria o emprego no país. Nele, é proibida a importação de mercadorias que não sejam vendidas diretamente ao consumidor final, como armas e munições, fogos de artifícios, bebidas e cigarros.

A alíquota única tem de ser paga à vista, quando o sacoleiro registrar as importações. Ela substitui Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, Cofins-Importação e PIS/Pasep-Importação.

O cadastramento começou no início do ano passado. A demora seria por causa de ajustes no sistema de informática da Receita. A secretaria não comenta o atraso.

Para Negrão, o maior problema do novo regime está no nível estadual: a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

- O Paraná já afirmou que não vai cobrar, mas a gente não sabe o resto do país. Isso vai inviabilizar o processo - afirmou Negrão.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO		EDITORIA
	TÍTULO Produção industrial brasileira encerra 2011 com alta de 0,3%		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alessandra Saraiva, da Agência Estado

RIO - A produção industrial brasileira cresceu 0,9% em dezembro ante novembro do ano passado, na série com ajuste sazonal, informou nesta terça-feira, 31, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou dentro das expectativas dos analistas ouvidos pelo AE Projeções, que iam de +0,50% a +2,00%, mas abaixo da mediana prevista, de +1,00%.

Na comparação com dezembro de 2010, a produção nacional caiu 1,2% em dezembro do ano passado. Nesta comparação, as estimativas do mercado variavam de -1,80% a +0,80%, com mediana negativa de 0,60%.

Com o fechamento do desempenho de dezembro do ano passado, a produção industrial brasileira fechou 2011 com ligeira alta de 0,3%, bem inferior ao aumento de 10,5% da atividade verificado em 2010. O resultado acumulado de 2011 ficou dentro do esperado por analistas consultados pelo AE Projeções, que previam aumentos de 0,20% a 0,50%, e em linha com a mediana projetada para o período, de +0,30%.

Bens de capital lideram alta

A produção de bens de capital da indústria brasileira avançou 3,7% em dezembro ante novembro do ano passado. Em relação a dezembro de 2010, houve leve alta de 0,1% em dezembro de 2011. Com o desempenho do mês passado, a produção de bens de capital encerrou 2011 com alta de 3,3%.

Ja a produção de bens de intermediários subiu 0,2% em dezembro ante novembro do ano passado. Em relação a dezembro de 2010, houve queda de 0,6% em dezembro de 2011. Com o desempenho de dezembro, a produção de bens intermediários encerrou 2011 com alta de 0,3%.

Consumo

A produção de bens de consumo da indústria brasileira avançou 1,5% em dezembro do ano passado contra novembro do mesmo ano. Em relação a dezembro de 2010, houve recuo de 1,9% em dezembro de 2011. Com o desempenho do mês passado, a produção de bens de consumo encerrou 2011 com queda de 0,7%.

Dentro da categoria de bens de consumo, a produção de bens duráveis da indústria brasileira cresceu 7% em dezembro, em base mensal, mas caiu 5,5% em relação a um ano antes. Com o desempenho de dezembro, a produção de bens duráveis encerrou 2011 com queda de 2%.

Já a produção de semiduráveis e não-duráveis avançou 0,5% em dezembro ante novembro do ano passado. Em relação a dezembro de 2010, houve recuo de 0,9% em dezembro de 2011. Com o desempenho de dezembro, a produção de semiduráveis e não-duráveis encerrou o ano passado com ligeira baixa de 0,2%.

	VEÍCULO PORTAL DA <u>AMAZÔNIA</u>		EDITORIA
	TÍTULO Empresas do Polo Industrial de <u>Manaus</u> recebem mais de 3 mil autos de infração		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Entre as irregularidades constatadas pelo órgão, destaca-se a contratação irregular de funcionários

MANAUS – As empresas instaladas no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) receberam, em todo o ano passado, 3.136 autos de Infração (AI), lavrados pela **Superintendência Regional** do Trabalho e Emprego do **Amazonas** (SRTE/AM). Quase 100% das notificações são convertidas em multa, conforme o auditor-fiscal do trabalho, Josemar Franco. Entre as irregularidades constatadas pelo órgão, destaca-se a contratação irregular de funcionários nas mais de 500 fábricas do **Distrito Industrial**.

Segundo o coordenador do Projeto **PIM**, os autos de infração são como notificações que podem ser convertidas em multa. Após a constatação de irregularidades trabalhistas, as empresas têm até três dias para se defender. “Neste período acontece a análise do resultado da fiscalização. Se a defesa mostre que não houve transgressão, a empresa não é autuada. Mas em 99% dos casos, a SRTE está correta”, salientou Franco. As fiscalizações contribuíram para o registro de 3.190 trabalhadores. A maioria dos funcionários atuava irregulamente como temporários.

A questão, como explica Franco, é que as empresas podem contratar funcionários temporários apenas em períodos de picos de **produção**. Segundo o coordenador, algumas indústrias realizavam contratações permanentes. Outra irregularidade diz respeito a falta de pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) previsto na legislação trabalhista. Ao todo, o órgão recolheu R\$ 1.198.734,556 em FGTS num total de 574 ações fiscais. “O benefício tem que ser pago todo mês ao trabalhador, conforme a Lei. Quando isso não acontece, o fiscal exige a regularização do pagamento. O valor, então é depositado nas contas dos colaboradores”, explicou Franco.

Cuidados com segurança do trabalhador

A segurança no ambiente laboral também é uma questão verificada pela **Superintendência**. Segundo Franco, os erros mais comuns são de excesso de jornada de trabalho e falta de paradas regulares. Atualmente, o segmento que mais apresenta questões é a Indústria Metalúrgica. “Isso está

acontecendo porque as regras mudaram e ainda não há total adaptação. Não podemos dizer que um segmento é mais visado, porque temos que pensar em proporcionalidade. É natural ter mais problemas se tem mais funcionários”, salienta o coordenador.

Mesmo assim, os empresários conseguem enxergar avanços nas políticas internas de proteção ao trabalhador implantadas nas indústrias. Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco, ter um funcionário lesado é um custo adicional à empresa por dois motivos. “O primeiro é uma questão social, pois ninguém quer o mal para as outras pessoas. A segunda é financeira, pois gasta-se com o colaborador, mesmo ele estando afastado”, afirmou.

O representante das indústrias também ressaltou a atuação de órgãos como a SRTE como essencial para uma maior fiscalização dos empregadores do **PIM**. “Na minha ótica, todas as empresas estão agindo de forma legal e cabe ao órgão fiscalizador punir ou repreender quando as correções forem necessárias, mesmo assim as indústrias têm investido cada vez mais em ginástica laboral e ergonomia, para prevenção de acidentes”. Já o auditor fiscal do SRTE afirma que as denúncias se revertem em melhorias dos serviços prestados dentro das empresas. “Temos visto melhorias. O número de denúncias tem reduzido bastante, mas não podemos afirmar, estatisticamente”.

Para 2012, a meta é a realização de 500 fiscalizações distribuídas no decorrer do ano nas indústrias do **PIM**.

	VEÍCULO VALOR ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Produção industrial sobe 0,9% em dezembro, aponta IBGE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

RIO - A **produção** industrial subiu 0,9% em dezembro, na comparação com o mês anterior, na série com ajustes sazonais. Em novembro, a **produção** havia subido 0,2% sobre outubro, conforme revisão divulgada há pouco. Os dados constam na Pesquisa Industrial Mensal - **Produção** Física (**PIM-PF**), divulgada nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com dezembro de 2010, a **produção** caiu 1,2%.

A comparação entre novembro e dezembro mostrou uma alta de 3,7% na **produção** de bens de capital, já com ajustes sazonais. No mesmo intervalo de comparação, a **produção** de bens intermediários cresceu 0,2%, enquanto os

bens de consumo duráveis cresceram 7% e os bens de consumo semi e não duráveis subiram 0,5%.

Já na relação com dezembro de 2010, os bens de capital subiram 0,1%, os bens intermediários recuaram 0,6%, bens de consumo duráveis tiveram queda 5,5% e os bens de consumo semi e não duráveis caíram 0,9%, em dados sem ajustes sazonais.

(Diogo Martins | Valor)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO STF e Congresso trazem risco de R\$ 320 bi à União		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A volta dos trabalhos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso, amanhã, traz um risco de pelo menos R\$ 320 bilhões aos cofres públicos. Esse é o valor que vai ser discutido em ações em tramitação no principal tribunal do país e em projetos no Congresso.

Os maiores riscos estão no STF, onde apenas cinco causas podem custar R\$ 151,6 bilhões à União. A principal disputa é a cobrança de ICMS na base de cálculo da Cofins. Se perder essa disputa, a União fica sem R\$ 12 bilhões de arrecadação anual, além de assumir um passivo de R\$ 76 bilhões.

Processos e projetos trazem riscos de R\$ 320 bi à União

Por Juliano Basile | De Brasília

A volta dos trabalhos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso, nessa semana, vai trazer riscos de R\$ 320 bilhões aos cofres do governo. Esse é o montante que vai ser discutido tanto em processos em tramitação no tribunal quanto em projetos em discussão na Câmara e no Senado.

Os maiores riscos estão no STF, onde, apenas cinco causas podem custar R\$ 151,6 bilhões para a União. A principal questão para a Advocacia-Geral da União (AGU) é a cobrança de ICMS na base de cálculo da Cofins. Se perder essa causa, a União fica sem R\$ 12 bilhões de arrecadação anual, além de um passivo de R\$ 76 bilhões.

No Congresso, apenas seis projetos em discussão na Câmara dos Deputados trazem o risco de R\$ 61,7 bilhões. O mais importante deles é a Proposta de Emenda Constitucional nº 300, de 2006, que estabelece uma nova forma de remuneração para policiais militares e bombeiros, com um custo adicional de R\$ 43 bilhões divididos entre a União, os Estados e os municípios. Pelo texto, essas categorias profissionais passariam a receber um piso salarial, que não pode ser inferior ao que é pago aos policiais militares do Distrito Federal - os mais bem remunerados no país.

Por causa de propostas como essa, a AGU criou um posto na Câmara com a função de monitorar projetos de leis que, depois, podem ser questionadas no Supremo. É o caso do projeto que cria vagas de juízes trabalhistas - com impacto de

R\$ 3,5 bilhões - e o reajuste do Judiciário, que, se aprovado, vai custar R\$ 7 bilhões por ano para a União.

Defensores do reajuste para a magistratura, os ministros do STF vão ter dificuldades para julgar todas as questões de magnitude bilionária neste ano. As causas tributárias concorrem com outras polêmicas, como o julgamento do mensalão, a definição sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa para as eleições municipais de outubro e a competência de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurar investigações contra juízes antes do início da apuração pelos tribunais locais.

Além disso, o STF vai passar por duas trocas de ministros, pois o presidente, Cezar Peluso, e o vice, Carlos Ayres Britto, se aposentam em setembro e novembro, respectivamente, ao completar 70 anos. Sem quorum completo, o tribunal evita decidir questões polêmicas.

Mas, basta o STF julgar um desses processos para afetar diretamente as expectativas nos cofres do governo. Isso deve acontecer em pelo menos uma grande questão a ser levada ao plenário: a definição sobre as perdas decorrentes de planos econômicos. O ministro Ricardo Lewandowski, que é o relator do processo, afirmou ao Valor que pretende liberar o caso para julgamento no começo deste ano.

Caso os bancos tenham que fazer a reposição de valores nas contas dos consumidores por conta de sucessivas alterações da moeda nos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991), o custo será de R\$ 105,9 bilhões, segundo estimativa feita pelo Banco Central. Esse valor seria pago tanto por bancos públicos quanto privados. A AGU vai defender a manutenção das regras que foram aplicadas na época dos planos para que não seja necessário fazer novos desembolsos de bilhões de reais aos correntistas.

A tributação de Cofins sobre os bancos é outro caso que deve mobilizar instituições financeiras e governo, pois, em dez anos, a cobrança atingiu R\$ 40 bilhões.

"A AGU faz o acompanhamento muito próximo e intenso das questões tributárias", afirmou ao Valor o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams.

"Mas, é igualmente importante monitorar todas as questões que afetam a governança do Estado brasileiro", completou.

De fato, além dos casos bilionários, a União tem que se defender em processos cujo resultado afeta a atuação do governo. Um exemplo é a demarcação de terras quilombolas, que não pode ser quantificada monetariamente, mas implica na defesa de todo o processo e concessão de terras para minorias ao redor do país. Outro caso importante no radar da AGU é a ação em que se contesta a constitucionalidade da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) - órgão responsável por autorizar o cultivo de determinados alimentos, como os produtos transgênicos. O resultado dessa ação não pode ser estimado em valores, mas tem como alterar toda a política de biossegurança com impactos para governo e empresas.

As ações bilionárias não atemorizam a AGU, pois o governo obteve vitórias tributárias importantes no STF, nos últimos anos, como o fim do crédito prêmio de IPI, que era pago às empresas exportadoras e foi julgado como indevido pelo STF, em agosto de 2009. "Naquele caso, houve um envolvimento intenso do setor privado", lembrou Adams. De fato, estavam em jogo R\$ 70 bilhões em impostos a serem pagos com os créditos. Isso levou as empresas a contratarem os melhores tributaristas do país. Mas, ao fim, os créditos foram extintos pelo STF. "Dado o volume de atores e de recursos envolvidos, foi a maior vitória da União nos últimos anos", concluiu o advogado-geral.

O STF retoma as sessões na quarta. O Congresso volta na quinta-feira.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Exportadores se adaptam à Argentina		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresas brasileiras que exportam com frequência para a Argentina estão alterando as rotinas de produção e envio dos produtos para o país vizinho por causa das medidas protecionistas anunciadas há duas semanas pelo governo da presidente Cristina Kirchner. Um exemplo é o da fabricante de roupas de cama e mesa Döhler. Encomendas de produtos desenvolvidos exclusivamente para o mercado argentino agora só são processadas depois que o cliente obtém a licença de importação - então, ganham preferência na linha de produção, antes que a autorização perca sua validade.

As companhias também calculam o estrago das restrições nas vendas à Argentina. Ulrich Kuhn, presidente do Sintex, sindicato que reúne as indústrias de tecelagem e vestuário de Blumenau (SC), prevê que o comércio da região com o país pode se reduzir à metade.

Indústria muda plano de vendas à Argentina

Por Marta Watanabe e Arícia Martins | De São Paulo

As novas medidas protecionistas que o governo argentino deve aplicar a partir de quarta-feira causaram incerteza entre as empresas que exportam para o país vizinho. Sem saber o real efeito que as mudanças podem ter nas vendas para a Argentina, algumas empresas começaram a alterar procedimentos de produção e exportação para o país vizinho.

A fabricante de calçados West Coast, que tem 30% de sua exportação destinada aos argentinos, diz que após o anúncio das medidas recebeu duas encomendas do país vizinho, mas não colocou os pedidos em produção. A empresa tem 7.000 pares de calçados esperando liberação para desembarque em território argentino desde outubro. A intenção era que os calçados fossem vendidos no Natal, conta o diretor de mercado da empresa, Eduardo Smaniotto. Segundo ele, outros 30 mil pares devem ser enviados aos argentinos, mas começaram a ser produzidos antes das novas medidas, em novembro.

"Ainda não sabemos os efeitos práticos das novas exigências e nem como vão funcionar", diz o diretor, que planeja viajar nos primeiros dias de fevereiro para verificar

pessoalmente a aplicação das medidas. Caso elas não afetem ainda mais os embarques para o país vizinho, explica Smaniotto, as encomendas dos argentinos passarão a ter prioridade na linha de produção para que os pedidos sejam atendidos a tempo.

A principal mudança anunciada pelo governo argentino é a declaração jurada de importação. No documento, o importador deve declarar o que vai desembarcar e solicitar autorização para as operações. Há receio de que haja atrasos na liberação da importação ou no desembarque de mercadorias.

A Döhler, empresa catarinense que produz têxteis para casa, reduziu a fatia das exportações para 7% do faturamento como estratégia após a valorização do câmbio, mas ainda destina 32% das vendas externas à Argentina. "Já é difícil entender as regras em andamento, quanto mais as novas", comenta Carlos Alexandre Döhler, diretor comercial da empresa, que está tentando ser ágil para minimizar os efeitos da mais nova medida de controle argentina. "Não adianta dar murro em ponta de faca. Estamos tentando descobrir como funciona esse documento. Vamos tentar nos adaptar."

O protecionismo argentino já resultou, porém, em ajustes de produção na Döhler. "Um pedido de produto exclusivo que vem da Argentina agora só é processado depois que o nosso cliente consegue a guia de liberação. Depois de aceite, temos que dar preferência a essa encomenda, senão o cliente perde a licença." Além disso, diz Döhler, a área comercial da companhia agora procura exportar mais produtos da linha do mercado brasileiro, mesmo com alguma resistência dos argentinos. "Estamos procurando fugir das exclusividades." Antes dessas mudanças, mercadorias da Döhler já chegaram a ficar cinco meses barradas pela Argentina.

O diretor-Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando PIMental, acredita que as exportações mais prejudicadas serão as de produtos exclusivos, já que, caso eles fiquem retidos por um longo prazo, sua reinserção no mercado interno é muito mais difícil. "O mercado argentino é parecido, mas não é igual ao

daqui", diz. Ele lembra que o produto brasileiro tem perdido mercado. "Há cinco anos, o Brasil representava cerca de 45% do que a Argentina importava de têxteis e confeccionados, e isso despencou para 23%."

A gaúcha Randon, que tem fábrica na cidade argentina de Rosário, possuía uma autorização de licença automática, que permitia à empresa embarcar componentes para o país vizinho sem dificuldades. O benefício, porém, expirou em 18 de janeiro, informa o diretor-executivo da divisão de implementos da Randon, Norberto Fabris. Segundo ele, a empresa espera conseguir manter os desembarques sem problemas na Argentina.

Fabris diz que há preocupação com a eventual demora para liberação da declaração de importação. "Se a autorização acontecer em prazo de 10 a 15 dias, não há problema. Mas, se demorar 60 ou 90 dias, ficaremos desabastecidos e teremos de parar a produção na Argentina", diz.

A Randon exporta do Brasil cerca de US\$ 20 milhões ao ano para a Argentina, entre componentes e implementos não fabricados no país vizinho. A fábrica argentina tem faturamento próximo a US\$ 40 milhões. Desse valor, US\$ 12 milhões são resultantes de vendas para o Brasil e outros países da América do Sul.

O diretor da Randon lembra que em 2011 a empresa investiu US\$ 5 milhões na fábrica argentina. Parte dessa aplicação deverá possibilitar a duplicação da capacidade de produção em Rosário. Fabris diz que a fábrica argentina já mantém 80% de nacionalização e emprega 160 pessoas. "Não seria de bom senso a Argentina aplicar uma medida que prejudique os investimentos produtivos."

"Ninguém sabe de que forma o governo brasileiro vai reagir. Existe uma grande preocupação", diz Ulrich Kuhn, presidente do Sintex, sindicato que reúne indústrias de tecelagem e vestuário de Blumenau (SC). A região, diz, vende cerca de US\$ 40 milhões ao país vizinhos. Com o novo controle, esse comércio pode se reduzir pela metade, avalia ele. "Com restrições maiores, o cliente argentino já pensa duas vezes antes de fazer uma encomenda às nossas indústrias. Ele não sabe se vai receber. É uma compra de brincadeira."

Diogo Serafim, gerente institucional da Assintecal, associação que reúne fabricantes de componentes para calçadistas, diz que, paralelamente às negociações dos governos dos dois países, representantes do segmento devem embarcar nos próximos dias para a Argentina para verificar as condições de exportação com as mudanças. A Argentina representa 23% do total exportado pelo segmento.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Infraero não vai interferir na gestão de aeroportos privados		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Claudia Safatle e Daniel Rittner | De Brasília

Gustavo do Vale, presidente da Infraero, diz que a empresa precisa tratar pessoas que viajam como cliente

A Infraero não pretende interferir na gestão dos terminais privados, nem vetar mudanças de sócios nas futuras concessionárias, mesmo ficando com 49% de participação nas sociedades de propósito específico (SPEs) que vão deter as concessões dos três aeroportos a serem leiloados na próxima segunda-feira. "Nós vamos participar do conselho de administração, como faz todo sócio que tem 49% de participação acionária, mas sem interferir em nenhum momento na operação do aeroporto", disse ao Valor o presidente da Infraero, Gustavo do Vale.

Oriundo da diretoria do Banco Central e conhecedor da legislação que rege as empresas de sociedade anônima, Vale vê exagero na interpretação de que a estatal terá poder de veto sobre decisões estratégicas das concessionárias, incluindo mudanças na composição societária. "O poder de veto é aquele que existe na Lei 6.404 [Lei das SA]. A Infraero terá 49%. E nada impede que o consórcio vencedor faça o que quiser com os 51% dele", afirmou.

Ao garantir que não interferirá na gestão dos aeroportos concedidos, ele lembrou, no entanto, que a estatal continuará na coordenação das recém-criadas autoridades aeroportuárias - núcleos que congregam todos os órgãos públicos representados nos terminais, como Polícia Federal, Receita Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Gustavo do Vale acredita que o principal impacto da concessão de aeroportos, para a Infraero, é a perda do "monopólio" que ainda detém. "Vamos perder o monopólio, e isso mexe com qualquer empresa. Teremos três concorrentes pesados. Hoje, para a Infraero, o frequentador de aeroporto é apenas um usuário. Ele precisa ser um cliente", afirmou.

O governo já se mobiliza para contestar pedidos de liminar contra o leilão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília. A primeira ação popular contra o leilão foi protocolada na quinta-feira passada, na 8ª Vara Federal de Campinas, por aeroportuários que trabalham em Viracopos. Ela pede a anulação do processo de concessão. A Advocacia-

Geral da União (AGU) já entregou sua defesa e uma decisão pode sair a qualquer momento.

Por enquanto, segundo Vale, a Infraero congelou os estudos para a venda de ações das futuras concessionárias a seus empregados. A ideia inicial do governo era transferir até 4% de participação acionária - dos 49% totais - aos 13 mil funcionários da estatal, que poderiam usar o FGTS na compra. "Com os novos preços de outorga que o TCU [Tribunal de Contas da União] determinou, pode sair caro demais (para os empregados)", observou o presidente. Dependendo do valor final das outorgas, a fatia dos empregados pode diminuir ou até se tornar inviável. "Imagine se sair R\$ 200 mil por cada funcionário. O percentual de 4% talvez seja muito, pode ser 2%. Vamos reestudar, mas estamos deixando isso para depois do leilão", disse ele.

Vale está entusiasmado com as perspectivas de ganhos operacionais, nos próximos meses, com a adoção de check-in compartilhado nos principais aeroportos do país. Com a medida, regulamentada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) no fim do ano passado, os sistemas de processamento de passageiros e de bagagens poderão ser acessados mutuamente pelas empresas aéreas e pela própria Infraero. Com isso, não haverá mais a necessidade de uso dos leitores de código de barras na entrada da área de embarque, agilizando o fluxo de passageiros. Guichês e totens de autoatendimento também poderão ser compartilhados pelas companhias aéreas, diminuindo o tempo de espera para o embarque nos horários de pico.

A intenção da Infraero é obter o mesmo ganho de eficiência já verificado em outras áreas, como a da Receita Federal, no aeroporto de Guarulhos. Desde 1º de janeiro, quando foi dispensada a declaração de bagagem acompanhada pelos turistas brasileiros que estiverem retornando de viagens internacionais sem ultrapassar a cota de isenção, o fluxo de passageiros praticamente dobrou na área de despacho aduaneiro. Aumentou, segundo dados oficiais, de 690 para 1.331 por hora em cada terminal.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Fábrica do Polo Industrial de <u>Manaus</u> vai ser notificada por Secretaria de Planejamento		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Denúncias de demissões em massa na fábrica Semp Toshiba em Manaus, levaram Secretaria de Planejamento a realizar fiscalização na empresa nesta terça-feira (31)

Manaus, 31 de Janeiro de 2012

Fábrica do Polo Industrial de Manaus vai ser notificada por Secretaria de Planejamento

Denúncias de demissões em massa na fábrica Semp Toshiba em Manaus, levaram Secretaria de Planejamento a realizar fiscalização na empresa nesta terça-feira (31)

Manaus, 31 de Janeiro de 2012

CASSANDRA CASTRO

Secretaria de Planejamento vai notificar fábrica por demissões (Clóvis Miranda)

A empresa Semp Toshiba vai passar por fiscalização da Seplan nesta terça-feira (31). Denúncias de demissões periódicas de trabalhadores chegaram ao conhecimento da Secretaria que resolveu averiguar situação

Denúncias de que a empresa Semp Toshiba, em Manaus, teria demitido 720 trabalhadores em curto espaço de tempo, levaram a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas a enviar três técnicos de incentivos fiscais à fábrica na manhã desta terça-feira (31). Os fiscais vão averiguar a denúncia veiculada pela imprensa de que vários trabalhadores da fábrica foram

dispensados. As últimas demissões aconteceram nessa segunda-feira (30).

De acordo como Secretário Executivo Adjunto de Políticas Setoriais da Seplan, Appio Tolentino, a empresa acabou sendo incluída no cronograma de fiscalização que a Secretaria realiza todos os anos nas empresas para verificar os cumprimentos dos projetos, por conta da notícia dessas demissões. “ Toda empresa instalada no Estado é obrigada a pedir autorização da Seplan para reduzir mão de obra ou outra decisão que venha a alterar de alguma forma o projeto original. Caso a empresa não faça isso, ela pode ter os direitos dela suspensos”.

Os fiscais que vão à fábrica vão verificar documentação como os cadastros gerais de empregados e desempregados (Caged's) da empresa. Se o índice de demissão da empresa estiver fora do padrão, ela estará sujeita às penalidades da lei que prevê suspensão dos incentivos concedidos. Depois de notificada, a empresa terá 30 dias para apresentar defesa. Segundo Tolentino, se for comprovada irregularidade no processo de demissão dos trabalhadores, a empresa poderá também ter que ressarcir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos cofres públicos

	VEÍCULO R7		EDITORIA
	TÍTULO Dilma decide trocar ministro das Cidades		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

1 Comentário

Demorou, mas aconteceu o inevitável: na segunda-feira, antes de embarcar para uma viagem de três dias ao Caribe, a presidente Dilma Rousseff resolveu finalmente tirar Mário Negromonte do Ministério das Cidades, pelo conjunto da obra, e já comunicou a decisão ao presidente do PP, Francisco Dornelles.

O problema ainda é encontrar um substituto no partido de Paulo Maluf, o que não será fácil. O próprio Dornelles não quer mais saber de ser ministro (já o foi por três vezes). Dilma gostaria de promover a volta de Márcio Fortes, que o PP não quer, e Dilma não aceita o nome de Ciro Nogueira, do PP do Piauí.

Deve sobrar para Aguinaldo Ribeiro, da Paraíba, líder do PP na Câmara. O desenlace de Montenegro e a indicação do seu substituto estão previstos para quinta ou sexta-feira, quando Dilma retornar da viagem a Cuba e ao Haiti.

Desta forma, os novos lances da minirreforma ministerial ficaram mesmo para fevereiro, como previsto aqui no Balaio, quando da troca de Fernando Haddad por Aloizio Mercadante no Ministério da Educação.

Montenegro é o nono ministro a sair em pouco mais de um ano de governo Dilma. Quem serão os próximos?

O mais provável é que a presidente vá fazendo as trocas no varejo, atendendo às circunstâncias, e não de uma vez só, como a imprensa vinha anunciando desde o ano passado.

Nada de grandes surpresas. No Ministério do Trabalho, o PDT deverá indicar o substituto de Carlos Lupi, que deixou um interino em seu lugar e ontem reassumiu a

presidência do partido. Dilma poderá escolher entre dois nomes sugeridos: Vieira da Cunha (RS) e o secretário-geral do partido, Manoel Dias. Deve escolher o gaúcho.

E ninguém fala mais nos nomes de Fernando PIMentel, do Desenvolvimento, e Fernando Bezerra, da Integração Nacional, os outros dois ministros que vinham balançando junto com Mário Negromonte no final de 2010.

A aparente calma da semana em Brasília pode acabar na quinta-feira, quando o Congresso reabre e Dilma vai encaminhar sua mensagem com os planos do governo para 2012.

Estão todos curiosos para saber como volta o PMDB do líder Henrique Eduardo Alves, que não gostou das trocas promovidas por Dilma no segundo escalão e ameaçou virar a mesa.

Na Câmara e no Senado, já estão protocolados requerimentos pedindo a convocação de Fernando PIMentel para explicar as suas consultorias em Minas Gerais. O líder tucano Álvaro Dias está todo animado com uma possível, mas improvável, rebelião no principal partido aliado do governo.

É a única chance da oposição conseguir aprovar qualquer medida contra os interesses do governo no Congresso. Com a popularidade de Dilma nas alturas, será que alguém, além do impagável Álvaro Dias, ainda acredita nisso?

	VEÍCULO BAGUETE / NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Digibras perde incentivos fiscais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Digibras, empresa do Grupo CCE, teve os incentivos fiscais da Lei de Informática cancelados pelo Governo Federal, por falda de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Com a punição, a fabricante de PCs perde a redução de até 80% do IPI devido em monitores e microcomputadores.

Segundo o site Convergência Digital, a empresa recorreu da decisão, sem dar maiores detalhes sobre o porque de ter deixado de cumprir a legislação com relação ao investimento em P&D.

O site informa que para o governo chegar ao ponto de cancelar os incentivos fiscais, um longo processo é aberto dentro do Ministério, no qual a empresa é alertada para problemas na prestação de contas dos investimentos em P&D.

Sempre é dado um prazo para que os problemas sejam retificados, sendo o cancelamento a última instância.

Caso o governo não recue, a empresa deverá recolher todo o IPI que deixou de pagar ao fisco quando ainda se

beneficiava da redução/isenção do imposto, pelo prazo em que ficou inadimplente.

A portaria interministerial não é clara sobre qual o período em que a Digibras/CCE deixou de investir em P&D, esclarece o Convergência.

Além disso, os preços dos equipamentos de informática vendidos hoje pela CCE/Digibras fora do Pólo Industrial de Manaus deverão ficar mais caros, pois a empresa não terá como abater o IPI.

A CCE tem mais de 40 anos no mercado e um parque industrial de 500.000 m2, somadas unidades de São Paulo, Paraná e Amazonas.

A Digibras tem uma capacidade de produção de mais de 2,4 milhões de produtos ao ano.